



**INSTITUTO
FEDERAL**
Alagoas

Relatório Contábil

2º Trimestre
2026

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

CARLOS GUEDES DE LACERDA
Reitor

HEVERTON LIMA DE ANDRADE
Pró-Reitor de Administração

MAURÍCIO FERREIRA MENEZES
Diretor de Orçamento e Finanças

FABIANNA D. LINS CAVALCANTE
Departamento de Contabilidade e Finanças

Informações:

Telefone (82) 3194-1150

Correio eletrônico: dcf@ifal.edu.br

Disponível em: [\\url{https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade}](https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/administracao/contabilidade)

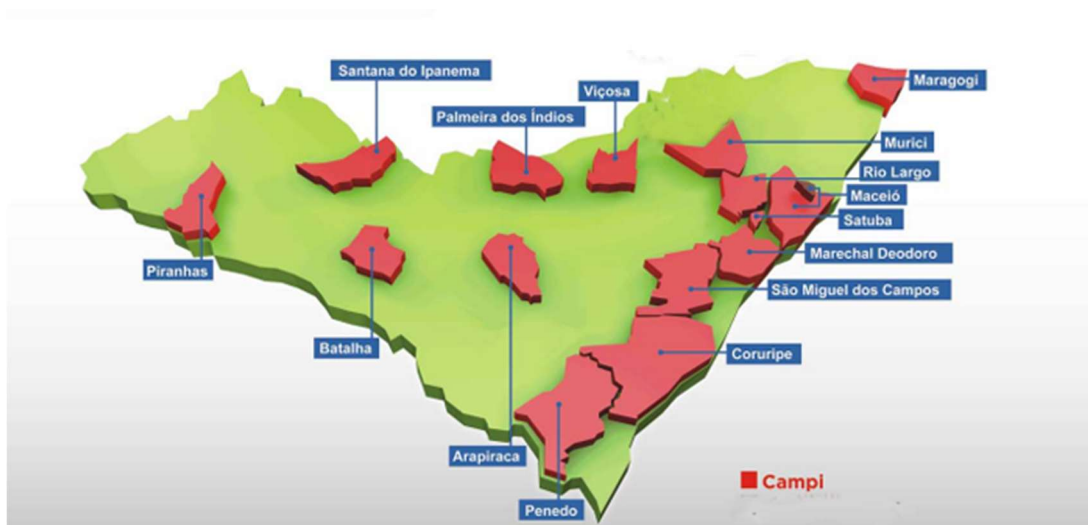
Sumário

1.	Estrutura Organizacional do IFAL	4
2.	Base das Demonstrações Contábeis	7
3.	Principais práticas e critérios contábeis	9
4.	Declaração do Contador	14
5.	Demonstrações Contábeis.....	17
6.	Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	26
7.	Notas Explicativas da DVP	38
8.	Notas Explicativas do Balanço Orçamentário	41

1. Estrutura Organizacional do IFAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), criado por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a unificação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Por meio da Resolução nr. 11 do Conselho Superior do IFAL, de 22/09/2009, publicada no DOU 25/10/2009 alterada pela Resolução nr. 03 do Conselho Superior do IFAL, de 25 de março de 2019 publicada no DOU em 02/04/2019, que trata do Estatuto com a relação de todas as Unidades pertencentes ao IFAL, incluindo a Reitoria, nos municípios de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Maragogi, Penedo, Piranhas, Arapiraca, Maceió, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Satuba, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha e 01 campus Avançado Maceió Benedito Bentes. A Reitoria do IFAL está sediada na Rua Odilon de Vasconcelos, nr. 103, no bairro da Jatiúca, na cidade de Maceió – Alagoas, CEP: 57035-660.



Abaixo apresentamos tabela com a identificação das Unidades, com sua respectiva Unidade Gestora e CNPJ.

UNIDADE	UNIDADE GESTORA	CNPJ
Arapiraca	152805	10.825.373/0011-27
Batalha	156660	10.825.373/0016-31
Coruripe	156655	10.825.373/0013-99
Maceió	158381	10.825.373/0003-17
Maragogi	152815	10.825.373/0012-08
Marechal Deodoro	158380	10.825.373/0002-36
Murici	152803	10.825.373/0009-02
Palmeira dos Índios	158383	10.825.373/0005-89
Penedo	152800	10.825.373/0006-60
Piranhas	152802	10.825.373/0008-21
Reitoria	158147	10.825.373/0001-55
Rio Largo	156657	10.825.373/0015-50
Santana do Ipanema	152801	10.825.373/0007-40
São Miguel dos Campos	152804	10.825.373/0010-46
Satuba	158382	10.825.373/0004-06
Viçosa	156656	10.825.373/0014-70

A Reitoria do IFAL está situada na Rua Odilon de Vasconcelos, 103 no bairro da Jatiúca, Maceió. Na Reitoria existe o Departamento de Contabilidade e Finanças, o qual atua como Setorial Contábil de Órgão, conforme Decreto n.º 6.976/2009 e a Coordenação de Finanças como subordinada.

Nas Unidades de Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Maceió, a área responsável pela parte contábil é o Departamento de Orçamento e Finanças e nas demais unidades existe uma Coordenação de Contabilidade e Finanças.

Abaixo relacionamos as Unidades do Ifal com os respectivos contabilistas responsáveis pela conformidade contábil.

UNIDADE	CONTADOR(A) RESPONSÁVEL	
Arapiraca	Juliana Maria S. Pereira	CRC/AL 007510/O-8
Batalha	Claudio José da Silva Dias	CRC/AL 008063/O
Coruripe	Adriano Fonseca da Silva	CRC/SE 07408/O-9 T -AL
Maceió	Tiago Rodrigues T. Leite	CRC/AL 007791/O-7
Maragogi	Carlos Eduardo M. Oliveira	CRC/SE 005681/O-0 T-AL
Marechal Deodoro	Natasha Navarro Pedrosa	CRC/AL 007097/O
Murici	Antônio de Pádua de A. Monteiro	CRC/AL 005256/O
Palmeira dos Índios	Renata Santana Vieira	CRC/AL 005276/O-4
Penedo	Carlos Eduardo M. Oliveira	CRC/SE 005681/O-0 T-AL
Piranhas	Daniel A. Martiliano da Silva	CRC/PI-010305/O T-AL
Reitoria	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Rio Largo	Rosa Maria Santos	CRC/AL 4597/O-6
Santana do Ipanema	Janieide Domingos da Silva	CRC/AL 008434/O-9
São Miguel dos Campos	Fabianna D. L. Cavalcante	CRC/AL 006314/O-1
Satuba	Eliene Veríssimo da Silva	CRC/AL 005396/O
Viçosa	Maria Patrícia F. da Silva	CRC/AL 007857/O-0

2. Base das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Alagoas – IFAL (Órgão 26402), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC - TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC – TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam as contas das Unidades Gestoras do Instituto Federal de Alagoas.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As demonstrações contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP) e compõem:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

3. Principais práticas e critérios contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, e con- sequentemente no IFAL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a. Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são conver- tidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demons- trações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias em almoxarifado, para manutenção da Instituição. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; empréstimos e financiamentos concedidos; investimentos temporários; e estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis

que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- empréstimos e financiamentos;
- fornecedores e contas a pagar;
- obrigações fiscais;

- obrigações de repartições a outros entes;
- provisões; e
- demais obrigações.

k. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- Patrimonial
- Orçamentário
- Financeiro

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício.

O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

l. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº

4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

m. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n. Restos a Pagar

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços. Referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

4. Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas referente ao 2º trimestre de 2026, do Instituto Federal de Alagoas, Órgão 26402.

Atualmente o Instituto Federal de Alagoas possui 15 campi, 01 campus Avançado e a Reitoria.

A conformidade contábil de Órgão é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade contábil, presente no Manual Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas) consolidadas do Ifal, tendo como base todas as suas Unidades Gestoras.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do Órgão, é realizada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças da Reitoria, de acordo com todos os aspectos relevantes, conforme a Lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI 020315.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações contantes no SIAFI, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, **exceto** quanto aos assuntos mencionados a seguir:

a. Ativo Imobilizado – Bens Móveis

O valor dos bens móveis evidenciados nas demonstrações contábeis não refletem fidedignamente o patrimônio do Ifal, devido a não conclusão dos inventários patrimoniais de todas as Unidades, com exceção da Reitoria e campus Viçosa.

b. Ausência de depreciação dos bens móveis

Aguardando a conclusão do inventário patrimonial e a devida conciliação contábil e patrimonial de todas as unidades, para então iniciar os procedimentos de depreciação.

c. Ausência de amortização dos intangíveis

O sistema de controle patrimonial utilizado atualmente, o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC não efetua o registro e nem a amortização dos intangíveis. O controle é realizado por meio de planilha gerenciada pela área de Patrimônio.

d. Saldos contábeis da conta de Estoque não conferem com o Relatório de Mensal de Almoxarifado - RMA

Devido a inconsistências nas unidades de Santana do Ipanema, Murici, Margogi, Coruripe, Viçosa, Rio Largo, Retoria e Batalha. Tais inconsistências vão desde notas fiscais de entrada que não foram contabilizadas no mês de junho, até a ausência do envio dos processos de RMA no prazo estabelecido no âmbito do Ifal.

e. Saldo incompatível apresentado em créditos a curto prazo decorrente de valores advindos principalmente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas – CEFET/AL

Trata de valores apresentados no campus Maceió, e que estão em processo de análise, por meio dos processos administrativos 23041.014868/2021-49 e 23041.016299/2021-76.

Na Reitoria, os saldos alongados tratam de TEDs e pagamentos a fornecedores de forma antecipada, os quais estamos trabalhando na análise da prestação de contas.

f. Valores a pagar nas contas de passivo circulante

Existem valores pendentes de pagamento de exercícios anteriores a 2026 no *campus* Maceió, advindo do CEFET. E nos *campi* São Miguel dos Campos, Maragogi, Coruripe, Batalha, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios, com valores pendentes de análises e ajustes/pagamentos.

g. Saldo das obrigações contratuais não condizem com a realidade

O Departamento de Contabilidade e Finanças enviou notificação para as Unidades Santana do Ipanema, Murici, São Miguel dos Campos, Maragogi, Reitoria, Viçosa, Rio Largo, Batalha, Marechal Deodoro, Maceió e Palmeira dos Índios solicitando análise e

lançamentos devidos por existir saldos alongados

h. Saldo incompatível com a realidade referente aos Termos de Execução Descentralizada

Devido a ausência da baixa contábil de alguns TEDs que foram comprovados, no entanto, ainda estamos aguardando que as Unidades de origem efetuem a análise da documentação encaminhada e proceda com a devida baixa contábil.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Fabianna Domingues Lins Cavalcante
CRC/AL 006314/O-1
Chefe de Departamento de Contabilidade e Finanças

5. Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Ifal são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades Ministério da Economia administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis do Ifal estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Notas Explicativas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Instituto Federal de Alagoas

BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE DE 2026

Valores em unidade de Real

ATIVO	2026	2025
Ativo Circulante	55.291.106,73	65.980.834,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.099.401,83	47.853.618,16
Créditos a Curto Prazo	9.458.979,80	13.851.468,00
Estoques a Curto Prazo	3.435.179,47	3.892.125,20
VPDs Pagas Antecipadamente	297.545,63	383.622,95
Ativo Não Circulante	676.422.592,27	666.363.237,41
Imobilizado	675.130.839,20	665.071.484,34
Bens Móveis	163.381.707,46	161.228.578,56
Bens Móveis	163.749.043,66	161.595.914,76
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-183.668,10	-183.668,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-183.668,10	-183.668,10
Bens Imóveis	511.749.131,74	503.842.905,78
Bens Imóveis	512.472.505,79	504.514.429,28
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-723.374,05	-671.523,50
Intangível	1.291.753,07	1.291.753,07
Softwares	1.291.753,07	1.291.753,07
TOTAL DO ATIVO	731.713.699,00	732.344.071,72
PASSIVO	2025	2024
Passivo Circulante	132.904.731,64	125.748.649,90
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	38.347.614,45	41.419.248,34
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.975.512,10	2.169.569,88
Demais Obrigações a Curto Prazo	90.581.605,09	82.159.831,68
Passivo Não Circulante	142.860,73	141.365,89
Demais Obrigações a Longo Prazo	142.860,73	141.365,89
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	133.047.592,37	125.890.015,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Demais Reservas	293.752.553,33	293.752.553,33
Resultados Acumulados	304.913.553,30	312.701.502,60
Resultado do Exercício	-6.384.191,50	12.251.626,94
Resultados de Exercícios Anteriores	312.701.502,60	301.045.730,20
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.403.757,80	-595.854,54
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	598.666.106,63	606.454.055,93
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	731.713.699,00	732.344.071,72

BALANÇO PATRIMONIAL
2º TRIMESTRE DE 2026

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Valores em unidade de Real

ATIVO	2026	2025
Ativo Financeiro	42.105.743,15	47.853.618,16
Ativo Permanente	689.607.955,85	684.490.453,56
PASSIVO		
Passivo Financeiro	379.606.084,43	100.128.315,74
Passivo Permanente	87.251.270,83	67.709.308,09
SALDO PATRIMONIAL	264.856.343,74	564.506.447,89

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Valores em unidade de Real

ATIVO	2026	2025
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	132.645.967,59	112.348.639,06
Atos Potenciais Ativos	132.645.967,59	112.348.639,06
Garantias e Contragarantias Recebidas	10.552.278,35	9.304.778,39
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	121.252.649,07	102.815.441,13
Direitos Contratuais	841.040,17	228.419,54
PASSIVO		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	124.196.482,66	133.654.250,66
Atos Potenciais Passivos	124.196.482,66	133.654.250,66
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	821.933,33	936.908,86
Obrigações Contratuais	123.374.549,33	132.717.341,80

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em unidade de Real

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	
Recursos Não Vinculados	-336.874.651,78
Recursos Vinculados	-625.689,50
Educação	-1.201.594,83
Dívida Pública	-17.001,81
Fundos, Órgãos e Programas	592.907,14
TOTAL	-337.500.341,28

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
2º TRIMESTRE DE 2026

	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	327.722.721,18	306.523.894,65
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.501.312,54	346.205,62
Venda de Mercadorias	30.533,00	18.054,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.470.779,54	328.151,62
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	275.679,08	241.484,34
Juros e Encargos de Mora	719,67	2.106,18
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	274.959,41	239.378,16
Transferências e Delegações Recebidas	318.993.752,38	289.997.252,68
Transferências Intragovernamentais	317.725.593,54	287.584.226,54
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.268.158,84	2.413.026,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.851.564,00	14.755.839,32
Ganhos com Incorporação de Ativos	180.696,15	389.458,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.670.867,85	14.366.380,79
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	100.413,18	1.183.112,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	985.601,29
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	2.221,58	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	98.191,60	197.511,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	334.106.912,68	308.572.674,29
Pessoal e Encargos	245.242.176,11	229.282.324,91
Remuneração a Pessoal	198.492.961,05	180.298.472,34
Encargos Patronais	30.026.760,53	34.265.590,07
Benefícios a Pessoal	16.381.169,80	14.356.471,05
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	341.284,73	361.791,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.030.521,04	1.465.898,69
Aposentadorias e Reformas	296.245,90	201.010,54
Pensões	35.587,32	33.742,32
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.698.687,82	1.231.145,83
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.561.821,09	30.985.049,80
Uso de Material de Consumo	3.046.555,40	2.955.640,62
Serviços	30.463.415,14	27.942.072,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	51.850,55	87.337,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	71.589,15	50.619,40
Juros e Encargos de Mora	66.046,06	44.541,39
Descontos Financeiros Concedidos	5.543,09	6.078,01
Transferências e Delegações Concedidas	31.326.491,30	32.394.382,63
Transferências Intragovernamentais	29.983.310,27	30.058.026,10
Transferências a Instituições Privadas	91.252,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.251.929,03	2.336.356,53
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.224.477,73	8.708.365,14
Perdas com Alienação	2.077.996,50	
Perdas Involuntárias		1.660,59
Incorporação de Passivos	15.143.163,66	8.136.527,06
Desincorporação de Ativos	3.317,57	570.177,49
Tributárias	85.186,20	57.242,35
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.227,24	14.045,84
Contribuições	67.958,96	43.196,51
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.564.650,06	5.628.791,37
Incentivos	4.522.714,38	4.919.354,26
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	41.935,68	709.437,11
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	- 6.384.191,50	- 2.048.779,64

Valores em unidade de Real

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.726.948,00	2.726.948,00	1.671.174,03	- 1.055.773,97
Receita Patrimonial	764.385,00	764.385,00	338.787,59	-425.597,41
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	283.593,00	283.593,00	115.849,21	-167.743,79
Valores Mobiliários	480.792,00	480.792,00	222.938,38	-257.853,62
Receita Agropecuária	38.716,00	38.716,00	30.533,00	-8.183,00
Receitas de Serviços	1.923.847,00	1.923.847,00	1.300.457,61	-623.389,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.923.847,00	1.923.847,00	1.300.457,61	-623.389,39
Outras Receitas Correntes			1.395,83	1.395,83
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	491,74	491,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0	0	904,09	904,09
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	161.500,00	161.500,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	161.500,00	161.500,00
Alienação de Bens Móveis	0	0	161.500,00	161.500,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.726.948,00	2.726.948,00	1.832.674,03	- 894.273,97
DEFICIT	0	0	574.054.374,04	574.054.374,04
TOTAL	2.726.948,00	2.726.948,00	575.887.048,07	573.160.100,07
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	0,00	12.322.631,00	0,00	-12.322.631,00
Superávit Financeiro	0,00	1.101.225,00	0,00	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
2o TRIMESTRE DE 2026

Valores em unidade de Real

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	586.576.099,00	605.848.789,00	560.614.269,15	257.498.978,78	213.787.664,27	45.234.519,85
Pessoal e Encargos Sociais	480.030.026,00	481.227.618,00	481.198.316,00	211.833.743,97	174.643.718,87	29.302,00
Outras Despesas Correntes	106.546.073,00	124.621.171,00	79.415.953,15	45.665.234,81	39.143.945,40	45.205.217,85
DESPESAS DE CAPITAL	29.477.413,00	23.628.579,00	15.272.778,92	3.025.779,51	2.610.363,29	8.355.800,08
Investimentos	29.477.413,00	23.628.579,00	15.272.778,92	3.025.779,51	2.610.363,29	8.355.800,08
SUBTOTAL DAS DESPESAS	616.053.512,00	629.477.368,00	575.887.048,07	260.524.758,29	211.177.300,98	53.590.319,93
TOTAL	616.053.512,00	629.477.368,00	575.887.048,07	260.524.758,29	211.177.300,98	53.590.319,93

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.541.274,06	16.931.631,43	13.433.024,32	13.230.111,54	424.738,92	7.818.055,03
Pessoal e Encargos Sociais	308.659,22	1.459.219,39	1.281.411,50	1.281.411,50	-	486.467,11
Outras Despesas Correntes	4.232.614,84	15.472.412,04	12.151.612,82	11.948.700,04	424.738,92	7.331.587,92
DESPESAS DE CAPITAL	7.012.340,96	13.534.081,13	9.530.979,63	8.868.683,46	141.878,17	11.535.860,46
Investimentos	7.012.340,96	13.534.081,13	9.530.979,63	8.868.683,46	141.878,17	11.535.860,46
SUBTOTAL DAS DESPESAS	11.553.615,02	30.465.712,56	22.964.003,95	22.098.795,00	566.617,09	19.353.915,49

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	19.871,55	56.883.968,60	56.444.938,23	342.465,71	116.436,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	51.717.627,90	51.379.419,26	337.841,88	366,76
Outras Despesas Correntes	19.871,55	5.166.340,70	5.065.518,97	4.623,83	116.069,45
DESPESAS DE CAPITAL	1.004,70	1.002.250,41	944.481,33	0,00	58.773,78
Investimentos	1.004,70	1.002.250,41	944.481,33	0,00	58.773,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS	20.876,25	57.886.219,01	57.389.419,56	342.465,71	175.209,99

BALANÇO FINANCEIRO
2º TRIMESTRE DE 2026

Valores em unidade de Real

INGRESSOS	2026	2025
Receitas Orçamentárias	1.832.674,03	1.645.942,91
Vinculadas	1.836.565,21	1.704.445,30
Educação	904,09	121.928,72
Fundos, Órgãos e Programas	1.835.661,12	1.582.167,94
Recursos Não Classificados		348,64
		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.891,18	58.502,39
Transferências Financeiras Recebidas	317.725.593,54	287.584.226,54
Resultantes da Execução Orçamentária	258.419.054,71	242.725.627,82
Repassé Recebido	246.488.068,50	232.109.680,22
Sub-repassé Recebido	11.930.986,21	10.615.947,60
Independentes da Execução Orçamentária	59.306.538,83	44.858.598,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	42.007.644,95	37.169.425,77
Movimentação de Saldos Patrimoniais	17.298.893,88	7.689.172,95
Recebimentos Extraorçamentários	395.958.515,56	302.533.898,66
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	44.126.730,73	48.329.977,98
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	315.362.289,78	253.852.450,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.180.285,26	166.018,17
Outros Recebimentos Extraorçamentários	289.209,79	185.452,15
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	82.309,15	69.888,50
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.682,99	
Arrecadação de Outra Unidade	196.217,65	114.831,71
Demais Recebimentos		731,94
Saldo do Exercício Anterior	47.853.618,16	42.755.909,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	47.853.618,16	42.755.909,12
TOTAL	763.370.401,29	634.519.977,23

BALANÇO FINANCEIRO
2º TRIMESTRE DE 2026

Valores em unidade de Real

DISPÊNDIOS	2026	2025
Despesas Orçamentárias	575.887.048,07	503.687.894,25
Recursos Não Vinculados	574.408.073,33	502.329.123,61
Recursos Vinculados	1.478.974,74	1.358.770,64
Educação	644.036,90	369.445,35
Fundos, Órgãos e Programas	834.937,84	989.325,29
Transferências Financeiras Concedidas	29.983.310,27	30.058.026,10
Resultantes da Execução Orçamentária	12.049.006,77	11.018.664,21
Repassê Concedido	118.020,56	402.716,61
Sub-repassê Concedido	11.930.986,21	10.615.947,60
Independentes da Execução Orçamentária	17.934.303,50	19.039.361,89
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.463.708,19	17.801.824,15
Demais Transferências Concedidas	55.050,11	672.312,14
Movimento de Saldos Patrimoniais	415.545,20	565.225,60
Pagamentos Extraorçamentários	115.400.641,12	60.390.694,82
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	57.389.419,56	41.691.189,65
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.098.795,00	18.506.091,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	35.881.679,50	193.413,87
Outros Pagamentos Extraorçamentários	30.747,06	0,00
Demais Pagamentos	30.747,06	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte	42.099.401,83	40.383.362,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.099.401,83	40.383.362,06
TOTAL	763.370.401,29	634.519.977,23

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
2º TRIMESTRE DE 2026

Valores em unidade de Real

	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.507.811,75	4.439.525,82
INGRESSOS	355.783.953,47	288.526.149,98
Receita Patrimonial	115.849,21	139.906,84
Receita Agropecuária	30.533,00	18.054,00
Receita de Serviços	1.300.457,61	141.131,43
Remuneração das Disponibilidades	222.938,38	237.756,39
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.395,83	123.492,96
Outros Ingressos Operacionais	354.112.779,44	287.865.808,36
Ingressos Extraorçamentários	36.180.285,26	166.018,17
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	10.682,99	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	317.725.593,54	287.584.226,54
Arrecadação de Outra Unidade	196.217,65	114.831,71
Demais Recebimentos	0,00	731,94
	-	-
DESEMBOLSOS	349.276.141,72	-284.086.624,16
	-	-
Pessoal e Demais Despesas	248.713.250,16	-226.873.081,23
Administração	0,00	-60.960,80
	-	-
Educação	247.597.388,35	-226.723.616,23
Direitos da Cidadania	-221.390,06	0,00
Gestão Ambiental	-135.005,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	-158.392,70
Desporto e Lazer	-841.775,90	0,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	82.309,15	69.888,50
Transferências Concedidas	-34.667.154,73	-26.962.102,96
Intragovernamentais	-34.569.354,03	-26.962.102,96
Outras Transferências Concedidas	-97.800,70	0,00
Outros Desembolsos Operacionais	-65.895.736,83	-30.251.439,97
Dispêndios Extraorçamentários	-35.881.679,50	-193.413,87
Transferências Financeiras Concedidas	-29.983.310,27	-30.058.026,10
Demais Pagamentos	-30.747,06	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.262.028,08	-6.812.072,88
INGRESSOS	161.500,00	985.601,29
Alienação de Bens	161.500,00	985.601,29
DESEMBOLSOS	-12.423.528,08	-7.797.674,17
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.294.425,89	-7.773.141,03
Outros Desembolsos de Investimentos	-129.102,19	-24.533,14
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-5.754.216,33	-2.372.547,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	47.853.618,16	42.755.909,12
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	42.099.401,83	40.383.362,06

6. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, previsto na Lei n.º 4.320/64, destina-se a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade, por meio de contas representativas do patrimônio, bem como os atos potenciais, os quais são evidenciados nas contas de compensação (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

De acordo com a Portaria STN n.º 438/2012, as demonstrações contábeis contidas na Lei n.º 4.320/64, foram modificadas para atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro de Compensações; e
- Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

As notas explicativas apresentadas abaixo, tratam dos itens mais relevantes após análise horizontal e vertical comparando os exercícios de 2025 e 2026.

6.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo dessa conta no período atual é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos Dispendio) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Apresenta o valor dos recursos financeiros em conta única, disponíveis para uso imediato. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme Decreto n.º 93.872/1986), é mantida no Banco Central e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

O grupo Caixa e Equivalente de Caixa, representa 6% (seis por cento) do valor total do ativo e 76% (setenta e seis por cento) do total do Ativo Circulante no 2º trimestre de 2026.

No Ifal a conta Caixa e Equivalente de Caixa está disposta, conforme abaixo:

	2026	2025	AH	AV
Limite de saque c/ vinculação de pgto - OFSS	4.541.421,97	3.223.206,29	40,90%	11%
Limite de saque c/ vinculação de pgto - Ordem de Pagamento - OFSS	31.987.780,30	39.284.414,64	-18,57%	76%
Demais contas (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal)	172.504,79	171.240,84	0,74%	0%
CTU - Recursos da conta única aplicação	5.397.694,77	5.174.756,39	4,31%	13%
	42.099.401,83	47.853.618,16		100%

Fonte: SIAFI

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, trata de valores comprometidos os quais serão compensados no primeiro dia útil do mês seguinte.

As contas “Demais contas – Banco do Brasil” e “Demais contas - Caixa Econômica Federal”, compreendem os valores relativos aos depósitos de cauções recebidas por garantia de contrato. O valor total apresentado nas duas contas, estão representadas nas contas contábeis do passivo 218810402 – Depósitos e Cauções Recebidos e 228810402 - Depósitos e Cauções Recebidos.

O valor apresentado na conta “CTU – Recursos da Conta Única Aplicada”, refere-se aos valores recebidos dos convênios firmados com o Governo do Estado de Alagoas, aplicados na conta única, para construção dos campi Batalha, Santana do Ipanema e Rio Largo.

6.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, e representa 1% (um por cento) do valor total do ativo e 17% (dezessete por cento) do total do ativo circulante. Incluem os adiantamentos concedidos relacionados a folha de pagamento, adiantamentos a prestadores de serviços e a fornecedores e os créditos a receber. Estão dispostos, conforme abaixo:

	2026	2025	AH	AV
Adiantamento concedido a pessoal	1.753.982,97	7.983.310,88	-78,03%	18,54%
Adiantamento Concedido - Suprimento de Fundos	156.388,48	12.820,58	1119,82%	1,65%
Adiantamentos a Prestadores de Serviços	3.028.899,76	1.830.728,80	65,45%	32,02%
Adiantamento a Fornecedores	2.928.621,99	2.621.992,50	11,69%	30,96%
Créditos a receber por cessão de pessoal - Estado	34.720,74	35.999,23	-3,55%	0,37%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.293.190,93	1.178.215,40	9,76%	13,67%
Remuneração recursos Aplicados na CTU	10.656,10	10.470,15	1,78%	0,11%
Créditos a receber por cessão de pessoal - Município	243.321,25	174.469,77	39,46%	2,57%
Créditos a receber por devolução de despesa ao erário	793,76	3.460,69	-77,06%	0,01%
Créditos a receber por reembolso Salário Maternidade	6.341,32	-		0,07%
Créditos a receber por decorrente de infração legal	2.062,50	-		0,02%
	9.458.979,80	13.851.468,00		100%

Fonte: SIAFI

Do valor total da conta de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, conforme análise vertical, tem-se que suas maiores representações (Adiantamentos a Prestadores e Fornecedores) tratam de valores pagos a Fundações para execução de projetos, como por exemplo Cooperativa Marisqueiras Mulheres Guerreiras, entre outros.

6.3. Estoques

Os valores apresentados na conta de Estoques, tratam de materiais ou suprimentos adquiridos para o consumo interno das Unidades do Ifal, empregados na prestação de serviços de ensino, pesquisa e extensão, bem como das atividades meio.

O valor do estoque representa 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do ativo e 6% (seis por cento) do total do ativo circulante.

Conforme a análise efetuada dos Relatórios de Movimentação de Almoxarifado – RMA em comparação ao saldo contábil da conta de Estoques, no mês de junho de 2026, apenas os

campi Santana do Ipanema, Murici, Maragogi, Coruripe, Viçosa, Rio Largo e Batalha, não estão com seus saldos compatíveis.

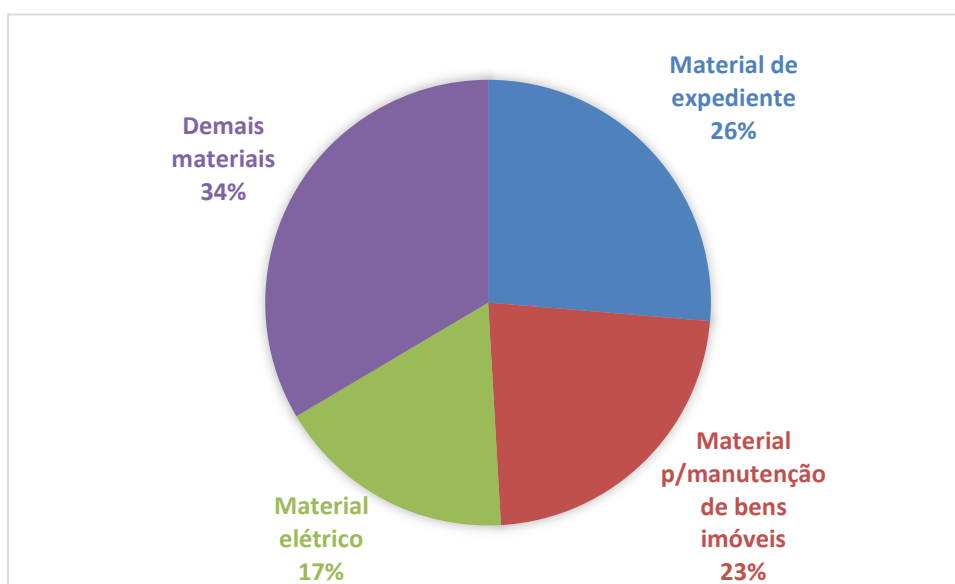
O saldo atual da conta de Estoque é de R\$ 3.435.179,47 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos), distribuído entre as unidades conforme abaixo.

	2026	AV
Penedo	34.453,40	1%
Santana do Ipanema	92.923,09	3%
Piranhas	423.897,09	12%
Murici	104.008,82	3%
São Miguel dos Campos	61.405,89	2%
Arapiraca	106.127,42	3%
Maragogi	96.272,53	6%
Reitoria	84.280,16	2%
Marechal Deodoro	141.286,01	4%
Maceió	829.098,37	24%
Satuba	214.916,68	6%
Palmeira dos Índios	173.764,50	5%
Coruripe	301.585,83	9%
Viçosa	515.814,74	15%
Rio Largo	32.402,89	1%
Batalha	122.942,05	4%
	3.435.179,47	100%

Fonte: SIAFI

Destaca-se que as unidades Maceió, Viçosa e Piranhas, possuem o maior volume de estoques com respectivamente, 24% (vinte e quatro por cento), 15% (quinze por cento) e 12% (doze por cento), conforme análise vertical.

Os tipos de materiais estocados em todo o Ifal, estão representados abaixo:



6.4 Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Representa 92% (noventa e dois por cento) do total do grupo do Ativo. Sendo 24% (vinte e quatro por cento) de bens móveis e 68% (sessenta e oito por cento) de bens imóveis.

Bens Móveis

A composição dos bens móveis no segundo trimestre de 2026, apresentou o saldo de R\$163.749.043,66 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e sessenta e seis centavos), após a depreciação. A conta de bens móveis está composta conforme abaixo:

	2026	2025	AH	AV
Máquinas, aparelhos, equipamentos	50.294.740,94	49.103.253,82	2%	31%
Bens de Informática	34.168.219,57	34.705.949,89	-2%	21%
Móveis e Utensílios	35.535.259,94	34.279.661,55	4%	22%
Material cultura, educacional	9.352.840,68	9.086.465,73	3%	6%
Veículos	15.428.086,81	15.498.559,82	0%	9%
Estoque Interno	85.764,26	44.383,96	93%	0%
Armamentos	1.692,72	1.692,72	0%	0%
Semoventes	69.784,43	69.784,43	0%	0%
Demais bens móveis	18.812.654,31	18.806.162,84	0%	12%
Depreciação	-183.668,10	-183.668,10		
Redução ao valor recuperável	-183.668,10	-183.668,10		
	163.381.707,46	161.228.578,56		100%

Fonte: SIAFI

A depreciação apresentada no Balanço Patrimonial, refere-se a um bem transferido ao IFAL por outro órgão. O Ifal ainda não está efetuando a depreciação dos bens móveis, devido a não conclusão do inventário patrimonial.

Cabe mencionar que na composição de Demais bens móveis, constam os bens móveis que não foram localizados no inventário finalizado em 2025 na Reitoria, no valor total de R\$ 12.488.808,78 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oito reais, e setenta e oito centavos).

Os valores apresentados no Balanço Patrimonial não refletem fidedignamente a realidade, devido à falta de reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens móveis, como também à inexistência de inventário patrimonial das unidades pertencentes ao Instituto Federal de Alagoas, com exceção da Reitoria e campus Viçosa.

Quanto a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, instituído por meio da Portaria n.º 232, de 2 de junho de 2023, alterada pela Portaria ME nº 4.378, de 11 de maio de 2023, a Diretoria de Suprimentos informou que o Ifal está com status de “em implantação”. Porém, a implantação está suspensa por decisão gerencial em razão de dificuldades oriundas de inconsistências e instabilidades do sistema relatadas por diversos órgãos que avançaram no procedimento, em especial, aqueles que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que tem ocasionado diversos transtornos nos controles patrimoniais dessas entidades.

Bens Imóveis

No Ifal, a gestão dos bens imóveis é efetuada por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Os bens imóveis do Ifal estão representados, conforme abaixo.

	2026	2025	AH
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	466.496.751,44	466.496.751,44	0%
Edifícios	5.321.430,96	5.321.430,96	
Imóveis de uso Educacional	166.551.260,92	166.551.260,92	
Complexos/ Fábricas / Usinas	294.624.059,56	294.624.059,56	
Bens Imóveis em andamento	38.322.447,55	30.734.070,35	25%
Instalações	7.653.306,80	7.283.607,49	5%
Depreciação	723.374,05	671.523,50	
	511.749.131,74	503.842.905,78	30%

Fonte: SIAFI

As obras em andamento estão dispostas abaixo:

Unidade	Obra	2026
Campus Arapiraca	Recuperação integral da quadra poliesportiva	124.760,77
Campus Palmeira dos Índios	Recuperação de cobertas	289.032,42
Campus Palmeira dos Índios	Reforma dos vestiários	84.741,25
Campus Satuba	Construção de ginásio poliesportivo	291.271,69
Reitoria	Obra de construção do campus Batalha	17.650.883,78
Reitoria	Obra de construção do campus Rio Largo	18.230.773,05
Reitoria	Obra de complementação do campus Santana do Ipanema	1.650.984,59
		38.322.447,55

Fonte: SIAFI

6.5. Intangível

Os ativos intangíveis são os bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos intangíveis podem ser classificados com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No Ifal o total de softwares com vida útil definida soma R\$ 437.544,52 (quatrocentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), e com vida útil indefinida R\$ 854.208,55 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Destaca-se que o Ifal, ainda não está efetuando a amortização dos softwares com vida útil definida devido a limitações do sistema, conforme informado pela Coordenação de Patrimônio da Reitoria.

6.6. Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

Compreende as obrigações do Ifal junto aos fornecedores de materiais, bens e prestadores de serviços. Tendo sua composição por Unidade, conforme SIAFI:

	2026	AV
Penedo	334.930,58	8%
Santana do Ipanema	182.630,64	5%
Piranhas	317.706,45	8%
Murici	139.535,34	4%
São Miguel dos Campos	46.169,58	1%
Arapiraca	144.929,17	4%
Maragogi	234.929,10	6%
Reitoria	929.463,04	23%
Marechal Deodoro	165.924,95	4%
Maceió	518.666,41	13%
Satuba	390.906,87	10%
Palmeira dos Índios	108.773,21	3%
Coruripe	214.711,02	5%
Viçosa	97.336,04	2%
Rio Largo	61.948,62	2%
Batalha	84.376,41	2%
	3.972.937,43	100%

Demonstra-se que as Unidades que possuem maiores valores pendentes de pagamento são Reitoria com 23% (vinte e três por cento) e Maceió com 13% (treze por cento).

Na Reitoria os fornecedores a pagar com os valores mais expressivos são:

	2026	AV
Times Engenharia Ltda - 11.569.027/0001-16	207.836,61	22%
MultCom Construtora Ltda - 12.805.036/0001-21	304.520,22	33%
Plana Edificações Ltda - 05.346.248/0001-22	87.816,24	9%
Demais fornecedores	329.289,97	35%
	929.463,04	100%

Fonte: SIAFI

O fornecedor com maior valor na Reitoria, trata da contratação para construção complementar do campus Batalha, Concorrência 90001/2025.

No campus Maceió, está disposto como segue:

	2026	AV
Alerta Serviços Ltda 04.427.309/0001-13	182.310,77	35%
Reluzir Serviços Terceirizados Ltda 07.638.154/0001-52	138.335,59	27%
Demais fornecedores	198.020,05	38%
	518.666,41	100%

Fonte: SIAFI

Os maiores valores devidos pelo campus Maceió, tratam de contratos com terceirização de mão de obra.

6.7 Demais Obrigações a Curto Prazo

As Demais obrigações a curto prazo, compreendem as obrigações da entidade com terceiros não inclusos nas contas anteriores do Passivo, tais como consignações, depósitos não judiciais, transferências financeiras a comprovar, entre outras.

6.7 Demais Obrigações a Curto Prazo

As Demais obrigações a curto prazo, compreendem as obrigações da entidade com terceiros não incluídos nas contas anteriores do Passivo, tais como consignações, depósitos não judiciais, transferências financeiras a comprovar, entre outras.

	2026	AV
Consignações da Folha de Pagamento	13.587.307,98	15%
Depósitos Judiciais	500,00	0%
Depósitos não judiciais	37.045,25	0%
Diárias a pagar	10.520,30	0%
Incentivo a educação, cultura e outros	370.836,13	0%
Valores em trânsito	109.384,99	0%
Transferências financeiras a comprovar	76.466.010,44	84%
	90.581.605,09	100%

Fonte: SIAFI

Sendo o maior valor apresentado na conta de Transferências Financeiras a Comprovar no valor de R\$ 76.466.010,44 (setenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, dez reais e quarenta e quatro centavos). Aqui estão apresentados TEDs que estão pendentes de prestação de contas, com vigência encerrada ou ainda vigentes.

6.8 Ajuste de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, e são reconhecidos diretamente à conta do patrimônio líquido, sem registro nas contas de resultado (variações patrimoniais ativas e/ou variações patrimoniais diminutivas). O valor apresentado no Balanço Patrimonial é de R\$ -1.403.757,80 (um milhão, quatrocentos e três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) o qual em maior parte trata de

despesas reconhecidas sem prévio empenho da folha de pagamento dos servidores ativos em que seu fato gerador ocorreu em exercícios anteriores.

6.9 Obrigações Contratuais

O Ifal possui um total de R\$ 120.105.563,96 (cento e vinte milhões, cento e cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos) relacionados a obrigações contratuais, distribuídos conforme demonstrativo:

	2026	2025	AH
Aluguéis	2.863.299,15	3.208.754,73	-5%
Fornecimento de Bens	1.910.570,16	250.676,51	-48%
Seguros	161.096,82	115.680,07	40%
Serviços	118.439.583,20	129.142.230,49	-10%
	123.374.549,33	140.673.958,24	

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta de aluguéis tem-se na unidade de Santana do Ipanema, apresentando saldo a executar de R\$ 2.274.515,95 (dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), referente ao contrato de locação para funcionamento temporário da Unidade, firmado com a empresa Lemos e Damasceno Combustíveis Ltda, inscrito no CNPJ 08.529.008/0001-51, com vigência de 22/09/2025 a 22/09/2030.

E na Reitoria, com saldo a executar de R\$ 588.783,20 (quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos), referente a locação de galpão para funcionamento dos setores de Almoxarifado, Arquivo e Patrimônio, firmado com a pessoa física Almay Medeiros Bezerra, inscrito no CPF 349.074.834-49, com vigência de 01/03/2020 a 01/03/2030.

Quanto aos contratos de prestação de serviços, segue detalhamento por unidade:

	2026	AV
Penedo	3.060.404,06	3%
Santana do Ipanema	3.172.070,22	3%
Piranhas	3.005.798,15	3%
Murici	1.270.747,24	1%
São Miguel dos Campos	2.443.983,56	2%
Arapiraca	4.756.444,46	4%
Maragogi	4.131.171,13	3%
Reitoria	54.309.862,50	46%
Marechal Deodoro	4.421.138,56	4%
Maceió	16.354.142,86	14%
Satuba	8.559.888,72	7%
Palmeira dos Índios	5.498.832,10	5%
Coruripe	4.457.422,17	4%
Viçosa	404.468,12	0%
Rio Largo	802.535,63	1%
Batalha	1.790.673,72	2%
	118.439.583,20	100%

Fonte: Siafi

A Reitoria apresenta o maior percentual de contratos de serviços vigentes com 46% (quarenta e seis por cento) do valor total dos contratos de prestação de serviços, dentre os quais existem os contratos para construção dos campi Santana do Ipanema com saldo de R\$ 18.955.808,90 (dezoito milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos) e Rio Largo, com saldo de R\$ 4.429.561,51 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos).

7. Notas Explicativas da DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, conforme art. 104 da Lei 4.320/64, o qual passa a compor o Balanço Patrimonial do exercício. A apuração do resultado patrimonial é a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

O resultado patrimonial do Ifal apurado no segundo trimestre de 2026 foi negativo em R\$ - 6.384.191,50 (seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos).

	2026	2025	AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	327.722.721,18	306.523.894,65	6,92%
Variações Patrimoniais Diminutivas	334.106.912,68	308.572.674,29	8,27%
	- 6.384.191,50	- 2.048.779,64	

Fonte: SIAFI

7.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

No segundo trimestre de 2026 a VPA está é composta por:

	2026	2025	AH	AV
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.501.312,54	346.205,62	333,65%	0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	275.679,08	241.484,34	14,16%	0%
Transferências e Delegações Recebidas	318.993.752,38	289.997.252,68	10,00%	97%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.851.564,00	14.755.839,32	-53,57%	2%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	100.413,18	1.183.112,69	-91,51%	0%
	327.722.721,18	306.523.894,65		100%

Fonte: SIAFI

Considerando a análise horizontal observa-se que em “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” houve um aumento significativo comparando 2026 e 2025, em decorrência do recebimento das taxas de inscrição para concurso para provimento de vagas para professor de ensino básico, técnico e tecnológico.

7.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas- VPD, são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Tendo sua composição, como segue:

	2026	2025	AH	AV
Pessoal e Encargos	245.242.176,11	229.282.324,91	6,96%	73%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.030.521,04	1.465.898,69	38,52%	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	33.561.821,09	30.985.049,80	8,32%	10%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	71.589,15	50.619,40	41,43%	0%
Transferências e Delegações Concedidas	31.326.491,30	32.394.382,63	-3,30%	9%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17.224.477,73	8.708.365,14	97,79%	5%
Tributárias	85.186,20	57.242,35	48,82%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.564.650,06	5.628.791,37	-18,91%	1%
	334.106.912,68	308.572.674,29		100%

Fonte: SIAFI

Percebe-se que um aumento de despesas em “Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos”, representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias.

Quando comparamos os períodos do segundo trimestre de 2025 e 2026, que trata de perda de valor econômico de bens/direitos (depreciação, alienação, etc) e o reconhecimento de novas obrigações. Diante do exposto, o campus Satuba efetuou a alienação de bens móveis inservíveis resultando em perda no valor de R\$ 1.338.186,57 (um milhão, trezentos e trinta e oito mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), assim como na Reitoria em que houve perda na alienação de R\$ 739.809,93 (setecentos e trinta e nove mil, oitocentos e nove reais e noventa e três centavos).

8. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, previsto na Lei n.º 4.320/64, apresenta a informação orçamentária, efetuando a comparação entre os valores orçados e realizados decorrentes da execução do orçamento (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, 2019).

A execução orçamentária do IFAL abrange, além da Reitoria com sede em Maceió, 16 campi com execução orçamentário e financeira descentralizada, sendo que o campus Benedito Bentes atua na plataforma SIAFI da Reitoria.

Importante destacar que a Lei Orçamentária Anual de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025) foi publicada em 10 de abril de 2025, fazendo com que as colunas da Previsão Inicial e Previsão Atualizada Receita não tenha valores no primeiro trimestre.

Quanto aos dados da Despesa, a coluna da Dotação consta os valores liberados pela SOF de acordo com os limites e a movimentação de empenhos estabelecidos pelo Decreto n.º 12.416, de 21 de março de 2025, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo Federal, até a publicação da LOA e do decreto de programação financeira.

Destaca-se que as colunas Previsão Inicial e Previsão Atualizada do Balanço Orçamentário, referente ao primeiro trimestre de 2025, constam com valores zerados, tendo em vista a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 ter sido sancionada em 10 de abril de 2025 (Lei nº 15.121, de 2025). Para os próximos trimestres, as informações constarão nas respectivas colunas, conforme Mensagem da Setorial Contábil MEC 2025/3465989, de 25.04.2025.

8.1. Restos a Pagar Não Processados

Restos a pagar não processados são despesas legalmente empenhadas, mas que não foram liquidadas nem pagas até o final do exercício financeiro.

O IFAL iniciou o exercício de 2026 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar não processados no valor total de R\$ 42.019.327,58 (quarenta e dois milhões, dezenove mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Inscritos	Reinscritos
Despesas Correntes	16.931.631,43	4.541.274,06
Pessoal e Encargos	1.459.219,39	308.659,22
Outras Despesas Correntes	15.472.412,04	4.232.614,84
Despesas de Capital	13.534.081,13	7.012.340,96
Investimentos	13.534.081,13	7.012.340,96
	30.465.712,56	11.553.615,02

Fonte: SIAFI

Após análises, execuções e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, ocorridos no segundo trimestre de 2026, temos o valor a liquidar de R\$ 19.353.915,49 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e quinze reais e quarenta e nove centavos), distribuídos conforme descrito abaixo:

	2026
Despesas Correntes	7.818.055,03
Pessoal e Encargos	486.467,11
Outras Despesas Correntes	7.331.587,92
Despesas de Capital	11.535.860,46
Investimentos	11.535.860,46
	19.353.915,49

Fonte: SIAFI

Abaixo tem-se o valor dos empenhos inscritos em restos a pagar a liquidar distribuídos por Unidade:

	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
Campus Penedo	1.148.069,69	283.063,11	75%
Campus Santana do Ipanema	528.198,23	130.899,33	75%
Campus Piranhas	858.930,16	299.374,41	65%
Campus Murici	748.618,43	187.416,71	75%
Campus São Miguel dos Campos	439.961,03	140.613,44	68%
Campus Arapiraca	2.465.772,59	731.547,37	70%
Campus Maragogi	957.393,48	460.027,86	52%
Campus Coruripe	982.767,30	287.807,43	71%
Campus Viçosa	494.740,84	275.545,54	44%
Campus Rio Largo	188.416,46	56.458,22	70%
Campus Batalha	901.486,85	247.017,13	73%
Reitoria	23.443.589,87	12.502.341,74	47%
Campus Marechal Deodoro	631.815,23	282.322,57	55%
Campus Maceió	3.546.890,18	1.330.086,99	62%
Campus Satuba	3.204.451,82	1.445.219,55	55%
Campus Palmeira dos Índios	1.478.225,42	694.174,09	53%
Total	42.019.327,58	19.353.915,49	

Fonte: SIAFI

Verifica-se que a maior execução ocorreu no campus Penedo, Santana do Ipanema e Murici, ambas com percentual 75% (setenta e cinco por centos) de execução dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar. E com menores execução dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados está com o campus Viçosa e Reitoria com 44%

(quarenta e quatro por cento) e 47% (quarenta e sete por cento).

8.2. Restos a Pagar Processados

Restos a pagar processados são despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício financeiro.

O IFAL iniciou o exercício de 2026 com o total de empenhos inscritos em restos a pagar processados no valor total de R\$ 57.907.095,26 (cinquenta e sete milhões, novecentos e sete mil, noventa e cinco reais e vinte e seis centavos), conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Inscritos	Reinscritos
Despesas Correntes	56.883.968,60	19.871,55
Pessoal e Encargos	51.717.627,90	-
Outras Despesas Correntes	5.166.340,70	19.871,55
Despesas de Capital	1.002.250,41	1.004,70
Investimentos	1.002.250,41	1.004,70
	57.886.219,01	20.876,25

Fonte: SIAFI

Abaixo tem-se o valor dos empenhos inscritos em restos a pagar processados que ainda estão pendentes de pagamento, distribuídos por Unidade:

	RP PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	RP PROCESSADOS A PAGAR
Campus Penedo	143.147,32	-
Campus Santana do Ipanema	44.818,60	-
Campus Piranhas	93.939,42	-
Campus Murici	37.427,52	-
Campus São Miguel dos Campos	51.930,53	20.262,77
Campus Arapiraca	80.918,37	-
Campus Maragogi	59.124,99	23.840,41
Campus Coruripe	38.476,63	-
Campus Viçosa	201.766,40	13.437,72
Campus Rio Largo	35.541,07	-
Campus Batalha	104.695,42	9,21
Reitoria	55.898.510,74	73.263,64
Campus Marechal Deodoro	123.498,48	41.321,32
Campus Maceió	301.832,70	1.004,70
Campus Satuba	223.848,08	-
Campus Palmeira dos Índios	467.618,99	2.070,22
Total	57.907.095,26	175.209,99

Fonte: SIAFI